



A GUERRA DA BALAIADA

YURI GIVAGO ALHADEF SAMPAIO MATEUS

Capa

Antonio Wendel Caires de Almeida

Diagramação

Wanderson Rafael da Silva Costa

Imagens/Fotos

Francisco Nascimento e Josimar

Texto

Yuri Givago Alhadef Sampaio_Mateus

Revisão

Elizabeth Sousa Abrantes (orientadora)

Leandro Antonio de Almeida

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

Esse livro foi desenvolvido como produto do Mestrado Profissional em História, Ensino e Narrativas, sob a orientação do Profa. Dr^a Elizabeth Sousa Abrantes.

A pesquisa na qual se desenvolveu o livro teve apoio da FAPEMA –
Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do
Maranhão



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO



Mateus, Yuri Givago Alhadef Sampaio.

A Guerra da Balaiada / Yuri Givago Alhadef Sampaio
Matheus. – São Luís, 2018.

49 f.

Produto da dissertação A Balaiada na sala de aula: ensino de
História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático
“A Guerra da Balaiada”.

Orientação da Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes.

1. Independência. 2. Setembrada. 3. Balaiada. 4. Participação
Popular. 5. Maranhão I. Título

CDU 94(812.1).052

Caro(a) estudante,

Este livro paradidático foi escrito para lhe apresentar a participação popular na Guerra da Balaiada ocorrida no Maranhão, permitindo um passeio pela História Regional. Daremos destaque à participação de caboclos artesãos, vaqueiros, pequenos lavradores, negros alforriados, índios e escravos, os quais protagonizaram uma luta de resistência por cerca de dois anos em grande parte do território maranhense. Outro aspecto de reflexão na Balaiada, que merece ser colocado em xeque, é a memória heroizante construída sobre a figura de Luís Alves Lima e Silva, o “Duque de Caxias”, tido como “pacificador” por ter debelado essa rebelião popular, fazendo com que os rebeldes conhecessem a mais dura face da repressão para a época. Desse modo, você poderá observar que a participação popular esteve presente nesses processos de forma ativa, contribuindo para desconstruir a ideia de que a história é feita de heróis, de uma história única, que está pronta e acabada como transparece em alguns livros didáticos.

A finalidade dessa produção didática é abordar a participação popular no Brasil do século XIX, tomando como exemplo a experiência histórica do movimento da Balaiada, mostrando as possibilidades de participação no processo político desse período, os mecanismos de resistência e luta, a exemplo da cooperação sólida entre rebeldes livres e escravos, bem como as apropriações feitas pelos segmentos populares das ideias políticas que circulavam em diferentes contextos. Mesmo ocorrendo a subordinação em uma sociedade escravocrata em que a hierarquização era dura como o Maranhão nos Oitocentos, porém, isso não impedia as classes consideradas inferiores de fazerem suas próprias leituras dos processos em que viviam, interpretavam os acontecimentos nos quais estavam inseridos por meio do ponto de vista provido de suas vivências no meio social.

Essa produção didática tem por objetivo estimular sua leitura acerca da história do Maranhão independente, especificamente a construção da ordem política imperial na província (1823-1841), a qual teve na guerra da Balaiada seu momento máximo e definidor do projeto político vencedor. Assim, espero que esse material contribua na sua formação para uma melhor compreensão sobre esse processo histórico, muitas vezes esquecido e negligenciados por grande parte da sociedade.

O Autor

CONHEÇA O SEU PARADIDÁTICO

Seu Paradidático está dividido da seguinte forma:

Um capítulo introdutório, em que o (a) estudante conhecerá algumas noções iniciais da História como disciplina e das novas abordagens que destacam o protagonismo das camadas populares na História do Brasil, em especial, no estudo da Balaiada. Três capítulos com os conteúdos desenvolvidos sobre a temática que é objeto deste estudo.

Veja a seguir os boxes que você encontrará nos capítulos para subsidiar os conteúdos:

Ponto de Vista:

Propõe a aplicação dos conhecimentos estudados, com questões para reflexão e análise.

Por Dentro da História:

Nesta seção, você encontrará trechos de como historiadores de profissão abordam a questão estudada.

Saiba Mais:

Ao ler o texto desta seção, você ampliará seus conhecimentos, o que permitirá uma melhor compreensão do tema tratado.

De Olho no Mapa:

Para você ter uma visão geográfica e localizar espacialmente os episódios ocorridos no Maranhão oitocentista.

Aprendendo Mais com a Literatura, Cinema, Internet, Documento e Música:

Os conteúdos desta seção sugerem novas informações a serem pesquisadas em livros, música, site, documentos e filmes.

Pense Diferente:

Nesta seção, você aprenderá a pensar diferente a temática que é veiculada, especialmente pela mídia, levando ao exercício da reflexão.

Hora de Pesquisar:

Você pesquisará na internet, livros, jornais, dicionários históricos, etc, assuntos que foram mencionados, mas não aprofundados neste material.

História e Documento:

Nesta seção, você terá contato com reproduções de textos (documentos) produzidos na época do tema estudado.

Glossário:

Ao lado direito das páginas dos capítulos, você encontrará o significado das palavras destacadas ao longo de todo o paradidático.

INTRODUÇÃO, 06

CAPÍTULO

I

A CONSTRUÇÃO DO BRASIL IMPÉRIO, 08

A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL: onde está o povo, 08

PRIMEIRO REINADO: da aclamação à abdicação, 12

FARINHA DO MESMO SACO: grupos políticos no império brasileiro, 16

CAPÍTULO

II

O MARANHÃO NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA ORDEM IMPERIAL, 18

A ADESÃO DO MARANHÃO À INDEPENDÊNCIA – POR QUE FOI
DIFERENTE?, 18

ESCRavidÃO DO MARANHÃO NO SÉCULO XIX, 20

SETEMBRADA: levante da Tropa e Povo, 22

CAPÍTULO

III

A GUERRA DA BALAIADA, 27

“O BALAIIO CHEGOU”: os episódios da guerra, 31

O QUE ACONTECEU COM OS LÍDERES POPULARES DA BALAIADA?,
40

BALAIADA E O PRESENTE, 42

CONCLUSÃO, 45

REFERÊNCIAS, 47

INTRODUÇÃO

A História como disciplina por muito tempo se limitou a narrativa de “grandes homens”, como reis, imperadores, comandantes militares, pessoas das elites, etc. Mas essa é uma história incompleta, pois esses ditos “grandes homens” não estão sozinhos no palco da história. Portanto, faltavam as **narrativas** que incluíssem os demais sujeitos históricos, a exemplo das mulheres, dos pobres, negros, escravos e tantos outros que foram deixados de lado. De fato, esses indivíduos que ficaram por tanto tempo invisíveis na História, mas na vida real estavam lá, juntos dos “grandes homens” praticando atos corajosos e grandes realizações, bem como atos rotineiros que também são importantes.

Coube a uma **historiografia** oficial ou conservadora falar apenas dos grandes nomes, no entanto, existe também a historiografia chamada de revisionista, que trata de temas antes não vistos na História, como a participação popular nos processos históricos, não como vilões, bandidos, baderneiros, ladrões, assassinos, mas como protagonistas, pessoas comuns que não tinham grandes nomes, contudo viveram, contribuíram de alguma forma para a História, lutaram pelos seus ideais.

Essa nova forma de fazer História se preocupa com as grandes massas anônimas, como também se preocupa com o “indivíduo comum e popular”, explora as experiências históricas de homens e mulheres, cuja existência é frequentemente ignorada, secretamente aceita ou mencionada apenas de passagem.

Vale dizer que, dada a dificuldade de localizar registros feitos pelas pessoas comuns, não significa que elas não existiram na História, suas vidas e seus atos podem ser acompanhados através de registros feitos por agentes da ordem. Por meio dos documentos oficiais pode-se interpretar e perceber as reivindicações das camadas populares, pois, é no dia a dia que as massas populares são informadas: executam como que silenciadas as tarefas que poderão garantir-lhes a sobrevivência diária.

As massas falam à História de diversas maneiras, podendo ser através de números que registram suas participações em festas, espaços de intensa sociabilidade; professando sua fé, com rituais; nos registros de suas lides diárias, seus labores, como também tendo um cotidiano ativo e de resistência. Porém, quando advém uma insurreição, um protesto público, um motim, pela primeira vez a massa despossuída será escutada não através da suposta passividade, e sim por meio dos gestos e atos que podem ser violentos.

A participação popular nas lutas políticas no Maranhão imperial (1838-1841) no período pós-independência foi omitida pela historiografia tradicional e consolidou a imagem de que as



Glossário

Narrativas são as formas de se contar a História.

Historiografia é um campo de estudo que reflete acerca da produção e a escrita da História.

camadas populares eram rebeldes sem causa, desordeiros, vadios, bandidos, dentre outros adjetivos de conotação pejorativa. Esses grupos de indivíduos ficaram à margem da história, esquecidos pela historiografia.

No entanto, estudos recentes apontam uma nova leitura sobre a participação popular nas lutas políticas do Maranhão pós-independente, abordando as lutas políticas e sociais nesse período, ressaltando um movimento popular consagrado pela historiografia maranhense conhecido por Balaiada ou A Guerra dos Bem-te-vis, nome esse dado devido o envolvimento de membros do partido liberal no início da revolta, facção política que levava como apelido o nome desse pássaro comum da região, e também por ter sido esse o simbolismo utilizado pelas camadas populares para embasar o ideário político da revolta.

A abordagem sobre o tema desse estudo que envolve um processo de construção da ordem política imperial no Maranhão será feita com base na apresentação dos seguintes temas: a independência do Brasil e sua peculiaridade no Maranhão; o movimento da Setembrada que envolve os acontecimentos ocorridos após a abdicação do Imperador D. Pedro I em 1831; e finalmente a Guerra da Balaiada, apontando suas causas, as características do conflito, sua composição social e o protagonismo dos líderes populares.

A CONSTRUÇÃO DO BRASIL IMPÉRIO

A INDEPENDÊNCIA POLÍTICA DO BRASIL: onde está o povo?



Quadro de Pedro Américo, *Independência ou Morte!*, 1888. Fonte: Disponível: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Am%C3%A9rico

O Quadro *Independência ou Morte!* reproduzido acima, foi pintado por Pedro Américo, após setenta anos da declaração de Independência do Brasil. Esse quadro representa uma idealização da emancipação política brasileira do 7 de setembro de 1822, quando o Brasil deixou de ser colônia de Portugal, e tem como destaque, por um lado o enaltecimento da figura de D. Pedro I em ato heroico de bravura em favor do Brasil, e por outro lado, a representação do povo como espectador, figura passiva, que não participa do ato como também mal o compreende. Essa imagem está presente na maioria dos livros de história do Brasil, e desde então tem contribuído para a invenção da ausência popular no processo de independência política. É justamente para desconstruir essa ideia que apresentamos novos olhares sobre a Independência e a participação das camadas populares nesse momento de construção da ordem imperial do Estado brasileiro.

PONTO DE VISTA

1) Ao lado esquerdo do quadro, *Independência ou Morte!* (1888) há um homem sem trajes reais ou militares que puxa um carro com dois bois e olha o episódio da “Proclamação

da Independência” de forma estática, passiva, isto é, “bestializado”. Qual a leitura que é possível fazer dessa representação popular na pintura em destaque, considerando que representa um olhar das elites sobre o lugar do povo nesse processo histórico?

INDEPENDÊNCIA OU MORTE?: momentos decisivos

Com a vinda de D. João VI e sua Corte para o Brasil, em 1808, várias transformações ocorreram na América Portuguesa, como o fim do pacto colonial, abertura dos portos, criação do Banco do Brasil, etc. Em 1815, o Brasil deixa oficialmente a condição de colônia ao ser elevado à Reino Unido de Portugal e Algarves, mas esse ato jurídico ainda não representava a emancipação política. Em 1820, tem-se a vitória da Revolução Constitucionalista do Porto, em que Portugal deixa de ser uma monarquia absolutista e seu governo passou a ser orientado por uma Constituição. O rei D. João VI para não perder o trono português é obrigado a retornar à Europa, e, numa estratégia política e também diplomática, para não perder o Brasil, deixou seu filho D. Pedro como príncipe regente.

D. Pedro se aproximou dos grupos políticos mais conservadores e experientes da elite brasileira, formada pela Universidade de Coimbra, que defendiam um Império luso-brasileiro. Em 1821, as notícias das discussões das **Cortes portuguesas** deixavam claro que os objetivos eram restabelecer a supremacia portuguesa sobre o Brasil. Mas, entre aceitar as exigências das cortes para que voltasse a Portugal ou tentar construir um império no Brasil com suas concepções absolutistas, D. Pedro escolhe permanecer no Brasil. Esse episódio ficou conhecido como Dia do Fico, ocorrido em 9 de janeiro de 1822.

As tropas lusas ainda tentaram obrigá-lo a embarcar para Portugal, mas foram impedidos pelo povo e soldados brasileiros. Dada a má comunicação entre os dois lados do Atlântico, só fez aprofundar o mal-entendido, pois a ex-colônia não queria abrir mão de certa autonomia adquirida em relação a Portugal. No primeiro semestre de 1822, as medidas das Cortes de tentar submeter D. Pedro ao seu controle e restabelecer a supremacia da parte europeia sobre o restante do império geraram a união das elites brasileiras, o que agravou cada vez mais as desavenças entre os lusos e brasileiros e acabaram convertendo o constitucionalismo em separatismo.

A Independência Política do Brasil (1822) vai além do resultado de alianças entre a elite e D. Pedro I. Quando se trata das camadas populares negou-se uma maior participação política, pois, para a história dos vencedores, elas não puderam contribuir no que era decidido ou até mesmo obter favorecimento. Contudo, houve de fato participação popular nesse processo, a exemplo das lutas ocorridas em **províncias** como o Maranhão, Bahia, Pará, Piauí, que lutaram a favor da



Glossário

Cortes portuguesas
Eram os que faziam parte do Parlamento nacional português.

Províncias
Eram os nomes dados aos atuais estados brasileiros.

independência, e em determinados momentos tiveram papel importante no enfrentamento das tropas portuguesas locais.

POR DENTRO DA HISTÓRIA

Emancipação Política

Embora a ideia de independência já tivesse se manifestado em alguns panfletos, tinha mais a ver com a afirmação de um centro de poder que evitasse o esfacelamento do Brasil do que com a quebra dos laços de união entre Brasil e Portugal. Por decreto de 1º de agosto, d. Pedro declarou inimigas todas as tropas que desembarcassem no Brasil sem o seu consentimento. Na mesma data, o Manifesto aos Povos do Brasil, redigido por Gonçalves Ledo, e, em 6 de agosto, o Manifesto às Nações Amigas, preparado por José Bonifácio, admitiam a separação política como fato consumado. Para muitos observadores e participantes da época, os dois manifestos podiam ser considerados verdadeiras declarações de independência. Não eram declarações formais, como houve em muitas regiões da América, mas não deixavam de ser justificativas dirigidas ao público luso-brasileiro e às Cortes estrangeiras dos motivos do descontentamento da antiga colônia, já elevada à categoria de Reino Unido. Não se tratava de uma rebelião. Ambos os manifestos culpavam o despotismo das Cortes pelo rumo dos acontecimentos: o primeiro considerava a separação irreversível e apelava para os sentimentos populares a fim de garantir a integridade do país; o segundo ainda hesitava em descartar a integridade do império luso-brasileiro. Quando, em 7 de setembro, d. Pedro lançou o grito do Ipiranga, que hoje se comemora como data da independência, para a maioria dos contemporâneos a separação já estava consumada, faltando apenas oficializá-la com a aclamação de d. Pedro como imperador constitucional do Brasil, o que foi feito em 12 de outubro de 1822. Restava, porém, a d. Pedro e seus ministros garantir a integridade territorial. Ela foi conseguida com o recurso à força armada, mas também graças à legitimidade do imperador conferida por séculos de tradição monárquica.

CARVALHO, J.M. de; BASTOS, L.; BASILE, M. (orgs.). **Às armas, cidadãos!** – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: ed. UFMG, 2012, p. 19-20.

HORA DE PESQUISAR

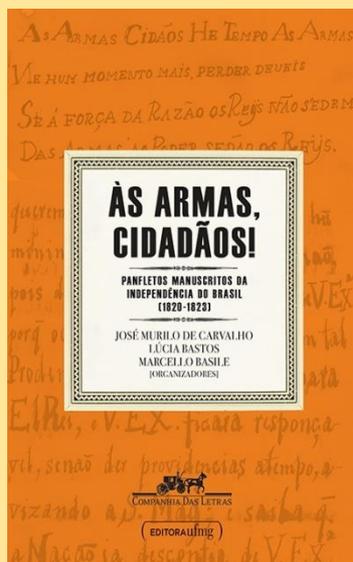
Faça uma pesquisa na internet, livros, dicionários históricos, etc... sobre as divergências entre José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Gonçalves Ledo, dois personagens históricos importantes nessa conjuntura política, e que tiveram posicionamentos contrários.

PENSE DIFERENTE

A historiadora Lúcia Bastos Pereira das Neves, no verbete Independência do Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889), explica como foi construído esse mito político do 7 de setembro:

O “conhecido brado de ‘Independência ou morte’ pelo futuro imperador, nas margens do rio Ipiranga, em 7 de setembro, hoje celebrado, na maior parte do Brasil, como a proclamação da Independência [...] a data não se revestiu de um significado especial, nem o fato foi sequer noticiado pela imprensa. Somente em 20 do mesmo mês, *O Espelho* trouxe um artigo exaltando o ‘Independência ou morte’ como ‘o grito acorde de todos os brasileiros’ e inventariando os motivos que justificavam o rompimento com Portugal: ‘os decretos injustos e cruéis’ de uma facção arrogante que prevaleceu nas cortes de Lisboa e que sacrificou a união de dois hemisférios à sua ambição, ao atropelar os ‘direitos inauferíveis [não pode ser retirado] do cidadão’. Essa falta de ressonância do 7 de setembro deve-se a que, em larga medida, para os atores da trama, a Independência já estava consumada [...] Curiosamente, no ano seguinte [1823], ao lado da *Aclamação* e da *Coroação*, surgiu o 7 de setembro como dia de gala na Corte. Sem realçar nenhum dos grupos que haviam disputado a hegemonia do movimento, em 1822, a data valoriza o papel do imperador e foi incorporado ao imaginário da nação graças ao painel *Independência ou Morte*, pintado por Pedro Américo, em Florença, entre 1886 e 1888, por encomenda oficial, transformando de vez o *Grito do Ipiranga* no gesto do fundador do Brasil”.

APRENDENDO MAIS COM OS DOCUMENTOS



CARVALHO, J.M. de; BASTOS, L.; BASILE, M. (orgs.). **Às armas, cidadãos!** – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: ed. UFMG, 2012.

Este livro é uma coletânea de 32 panfletos políticos escritos que circularam no Rio de Janeiro, na Bahia, em Portugal e outros lugares ainda não identificados entre o período de 1820 a 1823, os quais contribuem para compreender esses anos que marcam a formação de um Brasil independente de Portugal, com uma documentação inédita sobre a participação popular nas mobilizações políticas da época. O livro tem uma introdução com o contexto político da escrita desses panfletos, notas explicativas e uma cronologia que conduz a Independência do Brasil até 1823.

PRIMEIRO REINADO: da aclamação à abdicação

Em relação ao Primeiro Reinado (1822-1831), é importante dizer que houve divergências entre D. Pedro I e a elite brasileira, a exemplo do embate ocorrido por ocasião da elaboração da primeira constituição brasileira. O texto constitucional elaborado pela Assembleia Constituinte, também conhecido como Constituição da Mandioca, pretendia limitar os poderes do imperador, o que resultou na dissolução dessa Assembleia, em 1823. D. Pedro consegue nesse momento impor sua vontade em relação aos desejos das elites, e em 1824 outorga a Primeira Constituição brasileira com um elemento inovador, o Poder Moderador, que aumentava o poder do imperador, ao colocar-se acima do Executivo, Legislativo e Judiciário.

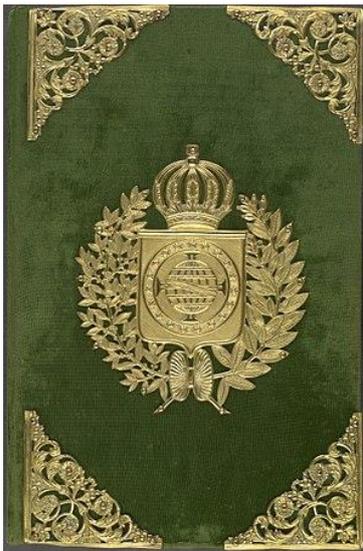
POR DENTRO DA HISTÓRIA

O Desejo da Liberdade e a Participação de Homens Livres Pobres e “de Cor” na Independência do Brasil

Nos documentos do Primeiro Reinado e dos primeiros anos da Regência, a tropa e o povo aparecem atuando decisivamente em todos os episódios, da Independência à derrocada do imperador e aos movimentos políticos que se seguiram nas ruas da capital e das principais cidades do país. Se a historiografia identificou líderes e “partidos” que fizeram seus nomes pelas atitudes tomadas naqueles dias, estes não estavam sozinhos. A população pobre e desvalida estava sempre presente. Não como elemento figurante, mas conduzindo conjunta e efetivamente os fatos, gritando palavras de ordem em defesa de uns e de outros, verdadeiros motes que incitavam atitudes diferenciadas de acordo com as circunstâncias, com o que estava em jogo e sendo pleiteado pelas variadas facções. Nas suas ações havia claramente uma finalidade a qual podemos, *grosso modo*, chamar de um projeto político. Igualmente a reivindicação da liberdade, como uma forma de autonomia e de participação, estava presente. Eram os “vivas”, tão famosos e que não por acaso celebravam “a federação”, “a república”, “a causa da liberdade” (“independência”, “liberdade de imprensa” e “liberdade do gênero humano”), “a monarquia como constitucional”, “a Nação brasileira e os brasileiros”, e outros tantos motes políticos, atribuindo-se inclusive a qualidade de “pessoas capazes e brasileiros constitucionais”.

Ribeiro, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e "de cor" na Independência do Brasil. Cad. **CEDES**, Dez 2002, vol.22, no.58, p.21-45. (*Grifos da Autora*).

CONSTITUIÇÃO DE 1824



Constituição do Império do Brasil de 1824.

Fonte: Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1824

A Constituição de 1824 vigorou durante todo o Império, e considerou como cidadão todos os homens livres – libertos ou ingênuos – que nasceram no Brasil ou naturalizados brasileiros.

Nessa Constituição, mesmo reconhecendo os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros, estes se diferenciavam do ponto de vista dos direitos políticos, através de critérios censitários ou propriedade para definir quem seria cidadão passivo, cidadão ativo votante e cidadão ativo eleitor e elegível. Eram excluídos de votar os que não atendessem a renda líquida anual de cem mil réis, mulheres e os escravos.

Quanto às garantias individuais, liberdades e direitos, a mesma Constituição dizia que todos poderiam comunicar os seus pensamentos, por palavras, por escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, mas deveria responder pelos abusos que cometessem no uso deste Direito.

Alguns elementos explicam a permanência de elementos lusos (portugueses) na política nacional, se levarmos em conta que D. Pedro I e a própria Constituição do Império favoreciam a permanência deles no Brasil, ao considerá-los brasileiros adotivos, com os mesmos direitos políticos dos naturais desde que jurassem lealdade ao texto constitucional. Diante da conjuntura que o Brasil se encontrava, com a perda da Província Cisplatina, dificuldades econômicas, o envolvimento de D. Pedro na disputa do trono de Portugal, vago com a morte de seu pai, D. João VI, acirrou a crise política e institucional. Sem apoio político, D. Pedro I abdicou do trono em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, que tinha apenas 5 anos de idade.

Segundo a Constituição, durante a menoridade do herdeiro do trono, o império deveria ser governado por uma Regência, a qual pertenceria ao parente mais próximo do Imperador, segundo a ordem de sucessão, e caso não tivesse ninguém nessa condição, o Império seria governado por uma Regência permanente nomeada pela Assembleia Geral. Enquanto essa Regência não se elegeisse, governaria o Império uma Regência Provisória. Desse modo, o período regencial teve duração de 9 anos, desde a renúncia D. Pedro I (7 de abril de 1831) até a coroação de D. Pedro II após a emenda parlamentar da Maioridade que permitiu que assumisse o trono com apenas 14 anos de idade, em 23 de julho de 1840.

A Regência brasileira foi um período decisivo para a consolidação da Monarquia, que foi profundamente marcado pelo agravamento de manifestações e revoltas em todo o Império, caracterizadas por ampla diversidade social e política. Desde ataques aos portugueses que ainda residiam no Brasil, até confrontos entre facções locais ou regionais da classe senhorial, as quais se somaram rebeliões envolvendo pobres, libertos, escravos e quilombolas.

COMO SER CIDADÃO NO BRASIL IMPÉRIO?

Com o fim da velha ordem colonial, tem início no Brasil as discussões do que viria a ser um cidadão, desse modo, a aquisição da cidadania, durante o Império, era regulada pela Constituição. Eram reconhecidos como cidadãos brasileiros os que tivessem nascido no Brasil, mesmo que o pai fosse estrangeiro, desde que não residisse nesse país a serviço de sua nação; os filhos de pai brasileiro e os filhos “ilegítimos” de mãe brasileira, nascidos em outro país e que viessem a estabelecer domicílio no Império e, os filhos de pai brasileiro, que estivessem em país estrangeiro a serviço do Império, embora não viessem a estabelecer domicílio no Brasil.

A cidadania permitia o pleno exercício de direitos civis e na possibilidade de exercício dos direitos políticos durante o século XIX. A Constituição imperial garantia a inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tinha por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. Os direitos políticos foram destinados aos cidadãos brasileiros com determinado poder econômico. Desta maneira, os cidadãos se diferenciavam entre ativos e inativos; apenas aqueles com renda líquida anual igual ou superior a 100 mil réis, por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos, eram considerados como ativos, e, conseqüentemente, possuíam voto nas eleições.

PONTO DE VISTA

1) Os pilares da Constituição Brasileira de 1824 eram Liberdade, Propriedade e Segurança, mas na prática podemos considerar que esses valores se estendiam a toda população? Fundamente sua resposta.

A grande polêmica se referia aos habitantes que viviam no Brasil, mas não haviam nascido em solo brasileiro, como portugueses e africanos, e aqueles que mesmo tenham nascido neste país, não poderiam ser considerados membros da sociedade, como os índios e escravos.

A situação dos índios e dos libertos, particularmente a dos estrangeiros, é ambígua nessa constituição, apresentando com indiferença a sua situação e deixando-os à margem das prioridades do país. Em relação aos libertos nascidos no Brasil, a Constituição de 1824 previa como consequência da alforria o status de cidadão. A condição de liberto possibilitava gozar de determinados direitos políticos e de exercer alguns cargos públicos. Os libertos podiam ser votantes, ou seja, podiam votar nas eleições de primeiro grau (eleitores de paróquia). Os escravos vindos da África e alforriados no Brasil eram considerados estrangeiros e deveriam se naturalizar brasileiros para poder usufruir dos direitos relativos à cidadania, sempre condicionados ao status de libertos e naturalizados.

Todo o cidadão poderia apresentar por escrito ao Poder Legislativo, e ao Executivo, reclamações, queixas, ou petições, e até expor qualquer infração da Constituição, requerendo perante a competente Autoridade a efetiva responsabilidade dos infratores.

O significado do termo cidadania na Constituição brasileira do século XIX reflete a frequente imprecisão do termo. Vale destacar que os direitos sociais não são previstos nessa Constituição.

PONTO DE VISTA

1) O que era ser cidadão no Brasil Império? Como os libertos no Brasil Império poderiam alcançar a cidadania?

LIBERALISMO

O liberalismo, sistema de ideias fundamentalmente burguesa, cuja origem está ligada ao desenvolvimento do capitalismo, teve suas premissas básicas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789. Nela pode se ver que o liberalismo político trazia consigo o princípio de governo representativo, a primazia das leis e a soberania da nação.

Segundo a Declaração de 1789, todo o cidadão tem o direito de participar na criação de certos preceitos fundamentais, obrigatórios para se ter ordem e desenvolvimento. As normas deveriam refletir os interesses coletivos, pois teoricamente todos eram iguais perante a lei. E aos cidadãos eram garantidas liberdades individuais e direito de propriedade.

Os ideais do liberalismo, em particular cumpriram papel essencial na defesa da liberdade comercial, do trabalho livre, do princípio da representatividade, do constitucionalismo. Contudo, apesar de certos elementos comuns, o ideário liberal surgiu múltiplo e contraditório e o processo de constituição das sociedades burguesas foi marcado por ritmos diferentes no tempo e no espaço, além de necessariamente reinterpretado ao se confundir nas sociedades coloniais.

Os princípios liberais usados pelo grupo moderado que subiu ao poder em 1831, depois da abdicação de D. Pedro I, restringiam-se a questionar a desigualdade e a hierarquia entre os poderes Executivos e Legislativos no campo do poder central. Não utilizaram as ideias de liberdade e de igualdade para criticar a desigualdade entre os cidadãos para os padrões da época, tanto entre cidadãos ativos (com direito a voto) e passivos (sem direitos políticos), os escravos e livres pobres, que eram excluídos nesse quesito.

Nesta conjuntura, as camadas populares se apropriavam das ideias do Liberalismo, que circulavam na sociedade neste período, já que havia a divulgação de modo oral e atingiam as camadas subalternas da população. A sociedade escravocrata brasileira era rígida em sua hierarquização e exclusão social, mas isso não impedia as camadas ditas inferiores de fazerem suas próprias leituras e interpretações do que ouviam acerca do Liberalismo, pois a partir das suas vivências nesse meio em que estavam inseridas, elaboravam seus pontos de vista, isto é,

adaptavam os ideais liberais aos seus anseios no que ficou conhecido como “liberalismo popular”.

PONTO DE VISTA

1) Com base nas informações sobre o Liberalismo, e considerando o contexto da modernidade política do pós-independência, qual a importância de ideias liberais como liberdades individuais para as camadas populares?

FARINHA DO MESMO SACO: grupos políticos no império brasileiro

Não se pode falar ainda de Partidos Políticos no período do Primeiro Reinado e da Regência, pois os mesmos surgiram a partir de 1840, com o *Partido Conservador*, formado por regressistas e apelidados de Saquarema, e o *Partido Liberal*, formado por progressistas e apelidados de Luzia. Até então, havia os grupos políticos com diferentes projetos que resultavam em disputas políticas, por isso é importante conhecermos suas ideias.

Liberais Moderados ou Ximangos que desejavam e conseguiram fazer reformas políticas-institucionais, com a finalidade de reduzir os poderes imperiais e dar mais direitos a Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, garantindo os direitos de cidadania dados na Constituição e instaurando uma liberdade que não colocasse em risco a ordem imperial, isto é, evitar uma onda revolucionária que poderia levar a uma política mais aberta às camadas populares.

Os *Liberais Exaltados ou Jurujubas* eram os mais radicais, que queriam unir os princípios liberais com ideais democráticos, desejavam amplas reformas políticas e sociais, como uma república federativa, garantir cidadania aos segmentos livres da sociedade.

Os *Restauradores ou Caramurus*, esses não eram a favor de qualquer reforma na Constituição de 1824, defendiam uma monarquia constitucional centralizada, conforme ocorrera no Primeiro Reinado, chegando a anseios restauradores, da volta de D. Pedro I.

SAIBA MAIS

Algumas rebeliões da Regência tiveram caráter nitidamente popular. Nas capitais revoltaram-se com frequência as tropas de linha, cujos componentes eram na totalidade provenientes das camadas mais pobres da população. Era comum a expressão "tropa e povo" para indicar os revoltosos. Mas foi nas áreas rurais que aconteceram as revoltas populares mais importantes. Essas revoltas foram a Cabanagem no Pará (1835-1840), Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845) e Balaiada (1838-1841). Com a renúncia de Diogo Feijó é eleito o regente Pedro de Araújo Lima, que tinha como objetivo anular as conquistas liberais, no seu governo ocorreu a revolta urbana Sabinada, na Bahia (1837-1838).

APRENDENDO MAIS COM O CINEMA



Independência ou Morte

Direção: Carlos Coimbra. Brasil, 1972. 108 min.

O filme narra a Independência do Brasil com uma visão tradicional desse processo, com a valorização da figura de D. Pedro I, como herói, patriota. Sua trajetória de vida é contada desde a infância, juventude, seu casamento com Leopoldina e seu caso amoroso com Domitila, a Marquesa de Santos até a sua abdicação em 1831.

O MARANHÃO NO CONTEXTO DA CONSTRUÇÃO DA ORDEM IMPERIAL

A ADESÃO DO MARANHÃO À INDEPENDÊNCIA – POR QUE FOI DIFERENTE?

Na época da Independência o Brasil possuía 23 províncias, e algumas delas tentaram permanecer ligados à coroa portuguesa. O Maranhão foi uma das últimas províncias a aderir ao “chamado” de D. Pedro I, apresentando resistências.

A Independência do Brasil realizou-se aos poucos, bem depois do famoso Grito do Ipiranga, pois uma parte do país mantinha-se fiel ao Império português. A luta pela Adesão maranhense ao Império não foi um desenlace amigável, e foram muitas as divergências devido aos interesses em jogo.

A adesão do Maranhão a independência do Brasil requereu a intervenção externa, tanto do governo central quanto dos patriotas mobilizados nas províncias vizinhas do Ceará e Piauí. A elite regional só aderiu ao projeto de Independência na última hora.

A luta no seio da elite resultou na monopolização do poder regional pelas elites locais das principais áreas da “grande lavoura” do algodão (Baixo do Itapecuru e Alcântara) e da cidade de São Luís, em 1823. As elites brigavam entre si pelo poder local e regional gerando grandes conflitos que só aumentava mais a guerra civil, fazendo com que esse período fosse marcado por violência. Com esses muitos conflitos se abriram espaço para uma intensa mobilização popular a favor da Independência, compostas por homens livres e escravos, brancos, caboclos, pardos e negros.

Isso levou a elite maranhense a ter medo de acontecer o mesmo que no Haiti, com receio que houvesse uma grande revolta de escravos, mas, o medo do “**Haiti**” era mais do que isso. Virou metáfora para descrever uma situação de anarquia, de conflitos entre os vários segmentos que compunham a sociedade maranhense e que ameaçavam – na visão da elite – destruir a ordem existente.

A “Adesão” do Maranhão ao processo de Independência do Brasil foi marcada por particularidades ao se comparar com as demais regiões da colônia portuguesa. Quando se trata dessa Independência maranhense alguns aspectos chamam a atenção sobre como esse episódio se desenrolou para que essa capitania acatasse os mandos do sul do Brasil, sobretudo o Rio de Janeiro, então sede do governo.

SAIBA MAIS

Por que o processo de adesão do Maranhão a Independência do Brasil foi diferente? Primeiro é necessário observar o aspecto geopolítico: São Luís, quanto a transporte ser pelo mar, ficava mais próxima a Lisboa do que Rio de Janeiro, então sede do governo imperial. Segundo, a sua composição social, o Maranhão era uma capitania antiga fundada no século XVII, com base no trabalho dos indígenas. Somente no final do século XVIII a grande lavoura de algodão e arroz se desenvolveu com base no trabalho de escravos africanos.

HORA DE PESQUISAR

Pesquise sobre a Revolução Haitiana, de 1791, e por que representava um perigo para as classes escravocratas.

A GUERRA DA INDEPENDÊNCIA NO MARANHÃO

O contexto em que o Brasil vivia, mobilizou muitos soldados, sendo recrutas ou voluntários, populares, negros, escravos, livres pobres a lutarem pela independência brasileira. No Maranhão, a historiografia destaca a presença das tropas vindas do Piauí e Ceará que se dispuseram a lutar pela causa brasileira, adentrando pelo interior da província, Caxias e Itapecuru-Mirim, até chegar ao litoral. Essas tropas foram chamadas de “Exército Libertador” e foi decisivo para que São Luís, a capital, aderisse a independência e combatessem as tropas lideradas pelo Major Cunha Fidié, vitorioso na Batalha de Jenipapo.

Desse modo, o Maranhão somente aderiu a Independência brasileira em 28 de julho de 1823. É importante destacar que a participação popular nesse processo é negligenciada por uma historiografia conservadora, que credita a adesão ao lord inglês, Alexandre Thomas Cochrane. Esse chega a São Luís por meio de uma esquadra, vindo da Bahia, onde teve sucesso na luta pela independência, no Maranhão, aproveitando-se do trabalho do “Exército Libertador”, quase não teve dificuldades em obter a declaração oficial de adesão do Maranhão ao Império do Brasil, durante uma cerimônia no Palácio dos Leões, atual sede do governo.

A Independência significou também a tomada de poder de uma elite nativa a nível regional, formada na sua maioria por fazendeiros. Seu poder só se limitava quando confrontado aos interesses dos negociantes de São Luís e aos do governo central. A participação no poder regional se limitou a elite de São Luís, e no interior, aos fazendeiros do Baixo do Itapecuru e de Alcântara, isto é, das principais áreas da “grande lavoura” na época da Independência. Os criadores de gado do sertão, os fazendeiros produzindo para o mercado interno e os pequenos fazendeiros não participavam do poder regional. Assim, o governo da província não poderia contar com seu apoio incondicional.

SAIBA MAIS

Batalha do Jenipapo

A sangrenta Batalha do Jenipapo aconteceu nas margens do Rio Jenipapo, no atual município de Campo Maior, no Piauí, em 13 de março de 1823. As Tropas portuguesas lideradas pelo major português Cunha Fidié confrontaram-se com um exército improvisado de defensores da independência brasileira, que contavam com armas bem simples o que resultou no massacre de vários “brasileiros”. Com a vitória, Fidié e seus soldados partem em rumo ao Maranhão, porém os piauienses, conseguiram novos aliados nessa luta a favor da independência, como cearenses, pernambucanos e maranhenses, que derrotaram as Tropas de Fidié na cidade de Caxias no Maranhão, em 31 de julho de 1823. A rendição portuguesa aconteceu no dia seguinte, com a prisão do major levado para o atual município de Oeiras, em seguida transferido para o Rio de Janeiro, de onde seria mandado para Portugal. Essa derrota lusa acabou por enfraquecer o partido português, o que resultou na adesão do Piauí a Independência do Brasil, em 19 de outubro de 1823, na vila de Parnaíba, quando foi oficialmente proclamada. Contudo, para os piauienses 13 de março é o dia de comemorar a Independência, e não a data de 19 de outubro.

1) Diferente do que ocorre no Piauí com a comemoração da Batalha do Jenipapo, o feriado de 28 de julho que marca a Adesão do Maranhão à independência do Brasil, é pouco conhecido e comemorado. Discuta com seus colegas o porquê do seu esquecimento/silenciamento tanto pelas autoridades como pela sociedade de uma forma geral.

ESCRavidÃO DO MARANHÃO NO SÉCULO XIX

A escravidão é a característica principal da sociedade brasileira no século XIX, presente em todos os aspectos da vida política, econômica, social e cultural. A violência cotidiana dos feitores, administradores e senhores permeou as relações sociais e de trabalho, sendo igualmente um dispositivo de controle social amparado pela legislação, ao lado de outros mecanismos como a negociação nas práticas cotidianas. Os escravos não eram totalmente passivos, mas apresentavam suas resistências aos seus senhores, a começar com o domínio a seu próprio corpo. Isso se evidencia na baixa taxa de nascimento de crianças escravas e outros sinais apontam que abortos eram feitos pelas mulheres escravas, assim como a resistência por meio dos suicídios.

No Maranhão, os escravos também recorreram às táticas de resistência por meio dos atentados à vida e ao patrimônio dos seus senhores e capatazes, sendo registrados vários casos de assassinatos de senhores e feitores, apesar das drásticas consequências para os escravos que fossem presos. Contudo, isto não era uma solução, era mais fácil recorrer à fuga, especialmente no Maranhão, em que havia extensas florestas, na sua maior parte não habitada, banhada por muitos rios e riachos. A vida no quilombo tornou-se algo viável.

Os quilombos conseguiram sobreviver na área fronteira de Turiaçu (Oeste do estado), mesmo com diversas investidas contra eles. Nos tempos de instabilidade política sempre aumentava os números de fuga, desse modo, os quilombolas se multiplicavam. Estudos recentes mostram a convivência entre quilombolas e a população livre pobre, ou mesmo negociantes ricos.

Além do tradicional quilombo, novas formas de resistência escrava desenvolveram-se nesse período. A “Era das Revoluções” teve grandes efeitos de mobilização popular entre os escravos do Maranhão. Mesmo não tendo acesso aos estudos, os escravos sabiam por diversos meios que a emancipação de escravos acontecia em outros lugares, e com isso aumentava as suas insubordinações. Nesse contexto que, no Maranhão, os escravos apoiam as lutas pela adesão a independência do Brasil.

Os livres pobres nessa sociedade escravista também recorriam a violência como forma de resistência. No Maranhão muitos casos de crimes violentos do período 1820-41 envolviam pessoas de origem sociais diferentes. Especialmente, no interior da província, eram assassinatos de comerciantes portugueses, cometidos por pessoas “de cor”. Os documentos sugerem brigas antigas ou ódios generalizados contra os “portugueses” ou

“europeus”, fato esse que reforçava a desclassificação por parte da elite branca em relação aos “homens de cor” como “classe perigosa”, pois atacavam violentamente aos lusos. Esses ataques ficaram conhecidos como surras ou lustros.

Outra forma de mostrar que não existiu uma conformidade popular em relação aos maus tratos recebidos pela classe senhorial, eram as diversas maneiras de sobrevivência dos livres pobres, muitas destas desafiando a ordem legal, a exemplo de uso de áreas proibidas, roubo de gado, atividade relativamente fácil e lucrativa, recorrente nas áreas de pecuária da província no chamado “sertão maranhense”. Essas práticas eram consideradas como banditismo por partes das elites e das autoridades públicas.

POR DENTRO DA HISTÓRIA

Contexto da escravidão do Maranhão no século XIX

A escravidão africana teve no Maranhão alguns aspectos singulares. Até 1750 o número de africanos escravizados foi insignificante. A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão obteve o monopólio do tráfico da Coroa, e trouxe 12 mil africanos para a capitania entre 1755 e 1778. Com o subsequente desenvolvimento das fazendas de algodão e arroz, fomentado pela crescente demanda europeia por esses produtos, vieram mais 100 mil africanos, sobretudo de Guiné, Dahomey e Angola. Desta maneira, às vésperas da Independência, o Maranhão era a província brasileira com maior percentual de escravizados (78 mil, ou 55% da população). Depois da crise de 1817, no entanto, o algodão maranhense encontrou dificuldades crescentes no mercado mundial. Por isso o tráfico transatlântico de escravos para a província se tornou inexpressivo bem antes de 1850. Crises econômicas e políticas – a guerra da Independência (1822-23) e a Balaiada (1838-41), que se desenrolaram na principal região produtora de algodão – contribuíram para abalar o poder econômico dos senhores. A inserção da sociedade escravagista no meio amazônico – a maior parte do norte da província era coberta por densas matas – combinada com esse desenvolvimento tardio, curto e intensivo, pode explicar alguns dos traços particulares do cativeiro maranhense. Junto com o Pará, o Maranhão gozava de péssima reputação entre escravos e senhores alhures. Ao ponto de a venda para o Maranhão ser até uma ameaça para punir escravos desobedientes em outras províncias. Não há ainda uma explicação bem estabelecida na historiografia a respeito dessa imagem negativa. Contemporâneos viam a causa nas péssimas condições de trabalho. Outra razão certamente residia na proliferação, por todo o território da província, de doenças endêmicas como “sezões” (malária). Finalmente, o processo de apropriação de terra se deu de maneira distinta no escravismo maranhense. Resultou na ocupação de muitas terras por ex-escravos antes e depois da Abolição, as chamadas ‘terras de preto’, mais numerosas no Maranhão do que em qualquer outro estado.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. A memória do tempo de cativeiro no Maranhão. **Revista Tempo**. vol.14, nº 28, jan-jun de 2010, p. 69-70.

1) A Participação Popular na guerra da Independência no Meio Norte envolveu homens livres e escravos, brancos, caboclos, pardos e negros. Por que essa participação não deve ser considerada uma participação passiva e submissa, como é divulgado pela historiografia oficial e tradicional?

SETEMBRADA: levante da Tropa e Povo

Passados quase uma década da independência, a figura do português ainda ocupava altos cargos na província maranhense que resultou em outro movimento de grandes proporções denominado Setembrada, considerada como “sementeira da Balaiada”, devido apresentar quase a mesma área geográfica dessa revolta. A Setembrada foi um movimento antilusitano ocorrido em 1831 na cidade de São Luís e em algumas partes do interior da província que contou com a participação dos liberais exaltados, povo e tropa. O período regencial foi a primeira experiência brasileira de descentralização política e durante essa fase o país foi palco de uma série de rebeliões que se espalharam pelas províncias.

Dentre as revoltas ocorridas em 1831, no contexto da abdicação do imperador D. Pedro I, a que ocorreu no Maranhão recebeu o nome de Setembrada, eclodindo no mês de setembro, com novos episódios de sublevação em novembro, por isso também essa fase chamada de Novembrada, e uma resistência que se estendeu até julho de 1832 contando com a liderança popular e antilusitana.

Surgiram alguns protagonistas nessa luta, com destaque para o liberal exaltado José Cândido de Moraes e Silva, redator do jornal O Farol, que fez uso da sua imprensa para combater o que considerava os excessos do governo e a influência portuguesa; Frederico Magno de Abranches, apontado como o fidalgo, conhecido por seu sentimento antilusitano mesmo sendo filho de um português. E o líder popular Antônio João Damasceno.

O episódio que marcou o início desse movimento foi em 13 de setembro de 1831, quando o Povo e a Tropa se reuniram no Campo de Ourique ameaçando não largarem as armas, se suas exigências não fossem atendidas, pois viam os portugueses como inimigos da Independência brasileira. Assim, entregaram ao governo da época suas reivindicações por escrito, redigida por José Candido, contendo as seguintes exigências:

Reivindicações do “Povo e Tropa”

A expulsão dos portugueses e brasileiros adotivos;

A suspensão do exercício do chanceler da Relação, seis desembargadores e do ouvidor da comarca;

A demissão de todos os brasileiros adotivos, dos empregos civis, de Fazenda e Justiça;

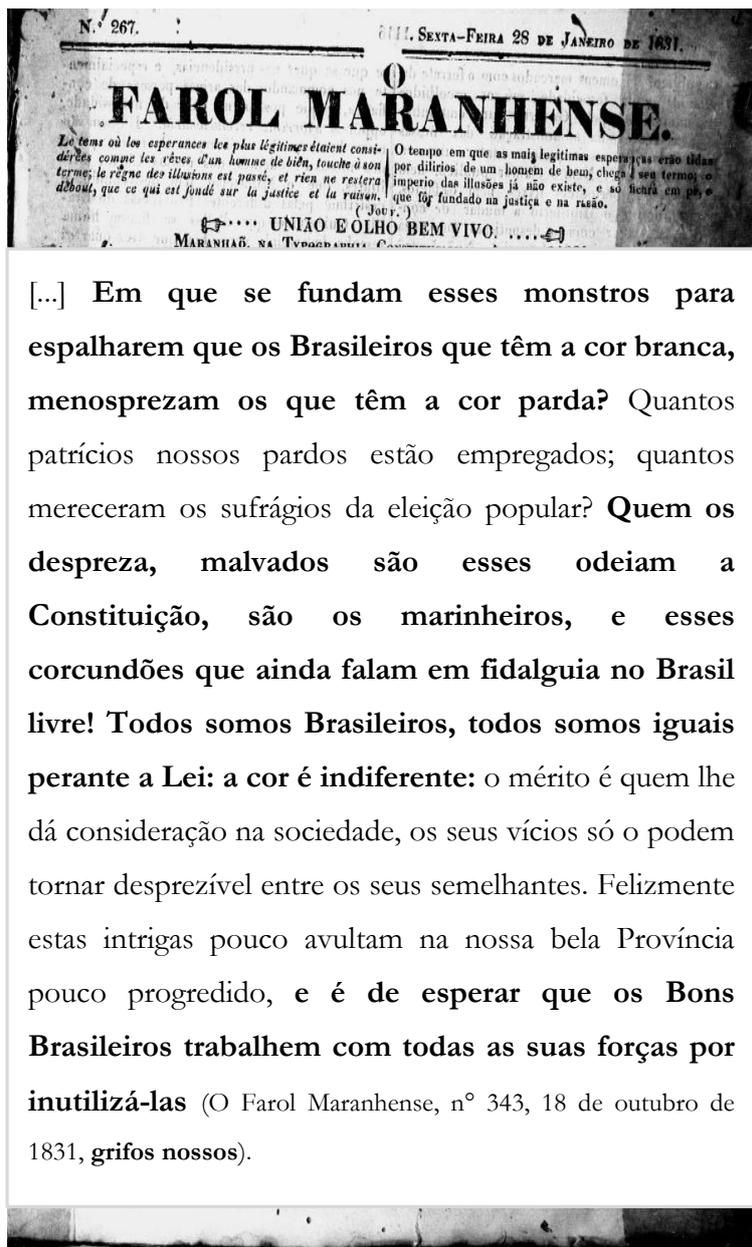
A expulsão da Província dos religiosos do convento Santo Antonio, de dois padres, devendo estes sair em 24 horas, e oito seculares, como inimigos reconhecidos e ativos da independência do país e de suas instituições livres;

Que em tempo algum fosse julgada criminosa a reunião dos mesmos revolucionários.

O liberal exaltado José Cândido de Moraes e Silva fundou o jornal “*O Farol Maranhense*” em 1827, nome esse pelo qual ficou conhecido na época como o “Farol”. Por meio do seu jornal fazia oposição ao então presidente da província do Maranhão, Costa Pinto, e por isso acabou sendo preso, só sendo liberto no governo seguinte, de Araújo Viana, em 1829.

O presidente Araújo Viana permaneceu no cargo até 12 de outubro de 1832. Era de confiança do Imperador e teve uma boa recepção entre os brasileiros e portugueses ao chegar no Maranhão. Sua política era de conciliação, mas com a atitude de soltar o redator de *O Farol* deixou os lusos insatisfeitos.

Na edição de 18 de outubro de 1831, no contexto da Setembrada, o jornal **O Farol Maranhense** faz uma declaração sobre a questão social referente à cor dos indivíduos. O “Farol” questionava em que se fundamentavam os “monstros”, os “marinheiros” e “corcundas”, isto é, os portugueses, para tratarem os pardos com indiferença por causa da cor. Defendia que todos eram iguais perante a Lei e afirmava que portugueses eram inimigos da Constituição. Como pode se ver no documento a seguir:



[...] Em que se fundam esses monstros para espalharem que os Brasileiros que têm a cor branca, menosprezam os que têm a cor parda? Quantos patrícios nossos pardos estão empregados; quantos mereceram os sufrágios da eleição popular? **Quem os despreza, malvados são esses odeiam a Constituição, são os marinheiros, e esses corcundões que ainda falam em fidalguia no Brasil livre! Todos somos Brasileiros, todos somos iguais perante a Lei: a cor é indiferente:** o mérito é quem lhe dá consideração na sociedade, os seus vícios só o podem tornar desprezível entre os seus semelhantes. Felizmente estas intrigas pouco avultam na nossa bela Província pouco progredido, e **é de esperar que os Bons Brasileiros trabalhem com todas as suas forças por inutilizá-las** (O Farol Maranhense, nº 343, 18 de outubro de 1831, grifos nossos).

PONTO DE VISTA

1) “O Farol” utilizou o jornal para denunciar a discriminação contra os brasileiros pardos, muitos desses membros das elites locais. Pesquise sobre a questão da discriminação racial no Maranhão oitocentista.

JOÃO DAMASCENO: liderança popular na Setembrada

Dentre a liderança popular destaca-se Antônio João Damasceno, foi um cearense que viveu em Itapecuru-Mirim, e segundo registros históricos tinha como fonte de sustento o seu pequeno comércio; já em 1825 foi taxado de republicano, perseguido e despojado de todos os seus bens.

Em 1831, na Setembrada, Damasceno foi o responsável por disseminar os ideais da revolta para o interior da Província. Damasceno, que rumou com sua gente para o sertão, passando por várias cidades, vilas e povoados, sempre a receber adesões. Quando refreado, porém, em todos os cantos, Damasceno decidiu promover novo comunicado em São Luís, conseguindo se apoderar do armazém de pólvora, mas foi vencido. Fugiu com alguns companheiros, caminhou para Caxias, sendo novamente batido, foi em direção ao Piauí, de onde retornou para o Maranhão. No lugar chamado de Boqueirão teve a maior derrota. Seus companheiros ruíram em poder dos destacamentos governamentais. E Damasceno pereceu na luta. Note-se que a trajetória feita por Damasceno no interior da província se assemelha à do vaqueiro Raimundo Gomes, anos mais tarde, na Balaiada.

HISTÓRIA E DOCUMENTO

Conexão da Setembrada e Balaiada

Em ofício do então prefeito da comarca do Itapecuru-Mirim, Joaquim José Gonçalves ao então Presidente da Província, Vicente Thomaz Pires de Figueiredo, no qual o prefeito faz comparações dos líderes populares Damasceno (Setembrada) e Raimundo Gomes (Balaiada) como se observa a seguir:

“[...] Parecerá, talvez a vossa excelência, que tenho dado maior importância do que devera, a semelhante acontecimento, o que não duvido, mas é porque ainda tenho em fresca memória as desgraças, e penosos sacrifícios, que custaram a Províncias as desordens de Antônio Damasceno, que não tiveram, por certo, melhor princípio do que esta de Raimundo Gomes”.

Ofício do prefeito da comarca do Itapecuru-Mirim, Joaquim José, ao Presidente da Província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo, em 16/12/1838. APEM – Of. N° 10.

POR DENTRO DA HISTÓRIA

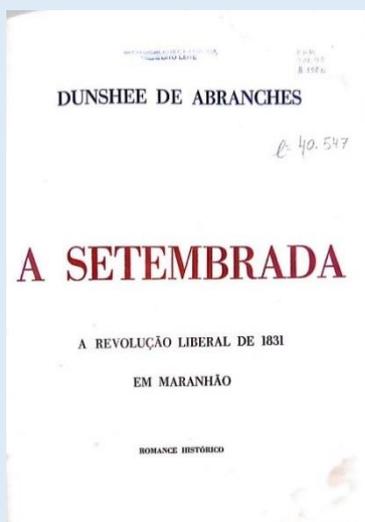
Carlota Carvalho e a obra *O Sertão*

Escrevendo nas primeiras décadas do século XX, Carlota Carvalho em sua obra *O Sertão* (1924), no capítulo “Da Independência à Revolução”, faz uma interpretação desse momento político no Maranhão e o que representou para o estabelecimento da ordem, dos vencedores e dos vencidos. A primeira edição da obra lançada no Rio de Janeiro não teve reconhecimento no Maranhão, somente 76 anos após sua segunda edição ganhou notoriedade. A importância da sua obra se dá por vários motivos, dentre eles pela autora ser mulher e escrever em uma sociedade em que o espaço para o sexo feminino era muito restrito, especialmente no meio intelectual. Quando a autora se referiu ao período em que aconteceram os movimentos antilusitanos (Setembrada e Novembrada) faz referência ao redator do jornal *O Farol Maranhense*, José Candido de Moraes e Silva, um liberal que esteve envolvida na Setembrada, logo fazendo ligação desses episódios ocorridos no início de 1831 com a revolta que ocorreria mais tarde, em 1838, a Balaiada. Carlota Carvalho relata a insatisfação do partido português quanto à adesão de 28 de julho, que logo os lusos puderam tirar a desforra, mostrando assim os conflitos entre os lusos e nativos.

“Forçado a concordar com o desmembramento de Portugal e a adoção de um organismo político incompatível com sua educação e contrário à sua vontade, o partido absolutista português, que conservou o poder por efeito da adesão de 28 de julho, não perdoou, aos independentes, o constrangimento sofrido e bem depressa pôde tirar a desforra”.

CARVALHO, Carlota. *O Sertão*: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 156.

APRENDENDO MAIS COM A LITERATURA



ABRANCHES, Dunshee de. *A Setembrada: a revolução liberal de 1831 em Maranhão*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da S.A. Jornal do Brasil. 1970.

A História da Setembrada é relatada em um Romance Histórico que é dedicado a recuperar a imagem pública de um dos líderes do movimento, Frederico Magno de Abranches, tio do autor Dunshee de Abranches. Frederico Magno era filho de Garcia de Abranches, um português abastado, conhecido também pelo nome de *Censor*, nome esse dado devido ao jornal homônimo que ele editava. Mas a obra também traz outras personagens como José Candido e Antônio João Damasceno e narra vários episódios dessa revolta.

A GUERRA DA BALAIADA

A

sociedade maranhense da primeira metade do século XIX permanecia com algumas características da sociedade colonial, na qual a maior parte da população era escrava, e quando livre, as condições de vida eram péssimas, sem acesso ao trabalho e à terra, sem direito à cidadania e acesso à propriedade da terra, reprimidos e explorados por governos autoritários compostos pelas elites locais que assumiram o poder político com o processo de independência do país e a construção de um Estado Nacional excludente do direito à cidadania para a grande maioria da população pobre. Foi essa população pobre que mostrou sua insatisfação por meio de manifestações durante a Balaiada.

O Maranhão após a Independência do Brasil (1822-23) viveu clima de instabilidade, ocorreram muitas disputas políticas. Um sentimento de pertença surgiu entre aqueles que se achavam brasileiros natos. Esses passaram a discriminar os portugueses que continuaram a residir no Império brasileiro, mesmo esses últimos sendo assegurados pela Constituição como brasileiros adotivos, sofreram uma série de episódios de discriminação, dentre outras formas de ataques que não se limitaram apenas verbalmente, mas por meio de ataques físicos, as já mencionadas surras. Os problemas não resolvidos durante a emancipação brasileira se fizeram presentes na Balaiada (1838-1841).

A Balaiada foi um movimento popular que ocorreu nas províncias do Maranhão, Piauí e alcançou também o Ceará. Foi uma das mais importantes revoltas do período regencial, isso mostra que a nível regional havia conflito entre diferentes projetos de construção do Estado Nacional. A Balaiada foi uma batalha de resistência em oposição às condições de miséria e opressão, escravidão, maus-tratos, oposição ao abuso de poderes e todo tipo de injustiças existentes na sociedade nesse momento.

Alguns fatores colaboram para explicar a origem da Balaiada, a exemplo dos conflitos intraoligárquicos, isto é, entre a própria elite, que se expressavam entre liberais e conservadores, assim como nas disputas regionais, entre elites locais e a oligarquia que monopolizou o poder regional; assim como o recrutamento forçado, que representava para as classes subalternas livres o tributo mais pesado entre todas as contribuições que a Corte determinava para implementar a centralização e a estabilidade política. A oposição ao “Pega”, símbolo de todas as arbitrariedades, serviu como bandeira de luta capaz de incentivar “os homens de cor”.

As relações entre “brancos” da elite e os “homens de cor” foram complicadas por duas preocupações que envenenaram a política regional. De um lado os proprietários, que viviam com medo que acontecesse o mesmo que no Haiti, a cada rebelião que acontecia na província, desse modo não davam abertura para permitir uma maior participação política da população “de cor”. De outro lado, os “homens de cor”, devido às práticas arbitrárias da elite conservadora, que os deixava numa linha divisória muito tênue em relação aos escravos.

SAIBA MAIS

O que diferencia a Balaiada das outras revoltas no período da Regência, como a Farroupilha, a Sabinada e Cabanagem, é que desde o início contou com lideranças populares e existiu uma aliança entre homens livres e escravos.

A diversidade das bases sociais dos revoltosos indica a existência de três movimentos na Balaiada. Essa insurreição é considerada multiclassista, porque participaram várias **classes sociais**, como fazendeiros de gado liberais, livres pobres e escravos, e teve uma amplitude geográfica, na qual envolveu o Sul do Maranhão e Piauí. A disputa entre as elites regionais contribuiu para iniciar o movimento, resultado da oposição acirrada entre **bem-te-vis e cabanos**.

A revolta da Balaiada teve como alvo principal o então governo cabano, que tinha como presidente Vicente de Camargo. A causa imediata desse movimento foi a aprovação pelo legislativo provincial da chamada Lei dos Prefeitos. Essa lei foi aprovada em 28 de julho de 1838, a qual determinava a criação de cargos de prefeitos e subprefeito e de comissários da polícia. O interessante notar que, quem nomeava esses cargos era o próprio presidente da província. O resultado disto foi o privilégio exclusivo exercido pelos cabanos, quanto ao acesso aos cargos públicos.

Com isso, os cabanos em vantagem, iniciam uma onda de perseguições políticas ao bem-te-vis na província maranhense, revelando os primeiros sinais da investida regressista tecida no império. Durante o conflito entre cabanos e bem-te-vis, outro movimento se originou composto por diferentes segmentos sertanejos (vaqueiros, pequenos agricultores, artesãos) que mesmo influenciado pelas ideias liberais, permaneceram com características próprias.

A extensão geográfica da revolta quase nunca é problematizada, muitos manuais repetem que a Balaiada só aconteceu no Maranhão, esquecendo de informar que foi somente uma parte da província, e que se alastrou pela província do Piauí e Ceará. A área central da revolta foi no Maranhão oriental, onde quantidade da população “de cor” livre era mais alta da Província. Essa revolta chegou até a área principal da grande lavoura da província do Maranhão, a parte sul do Piauí, o vale do Itapecuru, recrutando rebeldes principalmente escravos das fazendas e as populações de índios, caboclos, negros livres dos povoados São Miguel e Pai Simão. O rio Parnaíba faz separação entre as províncias do Maranhão e Piauí. Os rebeldes transitavam de um lado para outro do rio, conforme as necessidades da guerra.

No Piauí, a Balaiada também teve apoio de famílias abastadas e influentes, como Castello Branco de Campo Maior. Um dos membros dessa família foi líder rebelde, como o Lívio Castello Branco. O apoio dos fazendeiros nas áreas periféricas do sul dessa província foi forte, pois lutavam contra o governo arbitrário do Barão de Caxias.

No sul do Maranhão diversos fazendeiros liberais também levantaram armas contra o governo provincial. O exemplo é do Militão Bandeira de Barros, um fazendeiro forro que recebeu discriminação dos conservadores. Mas no baixo Itapecuru oriental, o apoio dos grandes fazendeiros liberais foi quase inexistente. Diversos fazendeiros liberais foram forçados pelos rebeldes a aderir a Balaiada, e depois da tomada de Caxias tiveram que assumir o papel de emissários, levando as reivindicações dos rebelados ao governo da província. O então presidente Souza Mello denunciava a postura de neutralidade desses fazendeiros, embora convencido de que a revolta defendia também a causa deles, e havia aqueles que defendiam os rebeldes pelo medo de terem seus bens saqueados.



Glossário

Classes Sociais

A tradição marxista tende a conceituar classe com base no lugar que cada grupo ocupa na economia.

“Bem-te-vis” Como foram denominados membros do “Partido Liberal”, mesmo que os registros indiquem que também os segmentos populares fizeram uso desse simbolismo relacionado às ideias liberais.

Cabanos

eram os nomes dados aos membros do “partidor conservador”.

APRENDENDO MAIS COM O CINEMA



Uma História de Amor e Fúria

Direção: Luiz Bolognesi. Brasil, 2013. 75 min.

O filme é uma animação que fala de uma História de amor entre um herói imortal e uma mulher chamada de Janaina por quem é apaixonado há 600 anos. Como pano de fundo, este filme se passa nas quatro fases da História do Brasil, a colonização, a escravidão, o Regime Militar e o futuro, em 2096, quando haverá guerra pela água. Em uma dessas fases retrata a Balaiada no Maranhão, mostrando a vida difícil dos balaios, recrutamentos, violência.

SAIBA MAIS

Diversas formas de resistências populares existiram na Balaiada, como o quilombismo dos escravos, o banditismo social, a resistência contra o recrutamento, as insurreições escravas e as rebeliões dos livres pobres nos movimentos da Independência (1823), Setembrada (1831-32) e na Balaiada (1838-1841) onde se demonstrou também o aprendizado político da população pobre “de cor” nesses episódios, especialmente nas áreas que foram palco das lutas. A Balaiada aconteceu praticamente nos mesmos locais que já tinham sido palco da Guerra de Independência (1823) e a Setembrada (1831-32), no Maranhão oriental (Icatu, Caxias, Codó, etc.). Essa coincidência se reflete no fato dos diversos rebeldes já terem pegado em armas ao lado dos patriotas, durante a Independência, como exemplo dos dois balaios (Manoel Francisco dos Anjos Ferreira e Francisco Ferreira de Souza) e o chefe Caboclo Matroá. A extensão geográfica da Balaiada mostra a importância da Guerra de Independência e da Setembrada para a mobilização política das populações menos favorecidas, pois quase duas décadas depois ainda os rebeldes usaram o mesmo palco para a revolta.

DE OLHO NO MAPA

Para termos uma visão geográfica e localizarmos o Maranhão oitocentista consultamos os mapas a seguir, que servirá para uma melhor compreensão da imensidão que essa revolta tomou.



Figura 1 - Mapa 1

O mapa 01 já apresenta a atual configuração, com basicamente a delimitação de fronteiras que existem hoje, no entanto, seu destaque são as áreas de produção da grande lavoura e as áreas pouco ocupadas por essa atividade, onde predominavam a população indígena.

Fonte: ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Histórias do Balaio. **Revista História Oral**. Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, v. 1, n. 1, 1998, p. 85.



Figura 2 - Mapa 2

O mapa 02, também de 1838, apresenta a divisão jurídico-administrativa da província, com 8 comarcas (Capital, Iguará, Caxias, Pastos Bons, Viana, Alcântara, Brejo e Itapecuru-Mirim). Nele é possível observar melhor as regiões onde ocorreram os episódios da guerra da Balaiada, a saber, a banda oriental e o sul.

Fonte: CARTA geral da província do Maranhão dividida em oito comarcas. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acer vo_digital/div_cartografia/cart519673/carto519673.jpg>. Acesso em: 18 jul. 2017.

“O BALAIO CHEGOU”: os episódios da guerra

O episódio que deu início as lutas armadas é datado pela historiografia em 13 de dezembro de 1838, na vila da Manga (atual cidade de Nina Rodrigues) no Norte do Maranhão. Raimundo Gomes, um vaqueiro responsável pela fazenda do padre Inácio Mendes, ligado ao grupo dos bem-te-vis, quando passava pela Vila da Manga com uma boiada a ser vendida teve alguns de seus homens e seu irmão recrutados por mando do subprefeito José do Egito, um cabano e adversário político do padre Inácio Mendes. Esse ato violento levou Raimundo Gomes a reagir invadindo a cadeia da Vila da Manga, na qual libertou os presos e fugiram para Chapadinha, local em que começou se organizar com outros homens.

Raimundo Gomes era chamado de “cabra”, que significava alguém de pele mais escura, um mulato escuro, defendia a igualdade entre as raças, buscava romper com as discriminações que atingiam as pessoas iguais a ele e as desigualdades sociais por causa da escravidão. Raimundo Gomes se inspirava em ideias do Liberalismo, que circulavam na sociedade neste momento, pois existia a propagação de forma oral que alcançavam as camadas populares do Império, por isso alguns autores chamam de “liberalismo popular”, o que vai de encontro com a historiografia oficial, pois para essa historiografia as camadas populares não tinham acesso a ideais que proporcionassem consciência política.

Outro líder popular da Balaiada, Manuel Francisco dos Anjos, era agricultor e fabricante de balaios, isto é, cestos, por isso esse rebelado ficou conhecido por Balaio. A causa que justificou a entrada de Manuel Francisco dos Anjos na Balaiada tem duas versões, uma é que sua participação na causa rebelde foi para vingar-se da violência sexual das suas filhas por um oficial das forças da repressão, ou por não aceitar ao recrutamento de seus filhos. Essa segunda causa é mais viável e se assemelha mais ao episódio da Vila da Manga, que tem motivação no recrutamento. Sua ação foi de invadir fazendas e libertar escravos. Manuel Francisco dos Anjos enviou aos habitantes do Piauí uma proclamação na qual defendia os princípios liberais, ameaçados, segundo dizia ele, pelo prestígio dos portugueses, pelos seus privilégios nas sociedades maranhenses e piauiense.

POR DENTRO DA HISTÓRIA

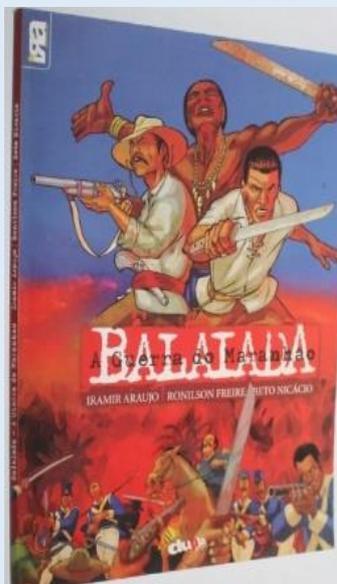
“Tempo do Pega”

Devido à grande dissidência regional, na década de 1830, o governo imperial aumentou o recrutamento. Isso acontecia, pois em caso de rebeliões, as tropas locais não eram de confiança, assim, os recrutados eram de outras províncias. Jovens camponeses que eram recrutados para fazerem partes das tropas legais estavam destinados a nunca mais retornarem as suas famílias, porque tinham que servir durante sete anos, os quais tinham poucas chances de escapar das condições climáticas e sanitárias, se fossem enviados para o sul do país. O recrutamento era o principal tributo a qual a população rural estava submetida nesse momento. O disciplinamento das classes subalternas era arbitrário e violento. Dada as condições geográficas e a debilidade do Estado resultava no fato das autoridades não possuírem o controle nenhum sobre grande parte do seu território. Isso possibilitou que a mobilização popular ganhasse espaço durante a Balaiada. O historiador

Mathias Rohrig de Assunção ao entrevistar os descendentes dos balaio, observou que o recrutamento forçado é visto por esses descendentes, como o “Tempo do Pega”. O pesquisador Assunção lembra “que o recrutamento forçado foi fator capaz de” unir “as pessoas em torno de uma reivindicação. O recrutamento subtraía força de trabalho a todas as famílias livres e pobres, indiferentemente de sua condição específica de camponeses com ou sem terra, de vaqueiros ou pescadores”.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. História do Balaio: historiografia, memória oral e as origens da balaiada. **Revista da Associação Brasileira de História oral**. São Paulo, v. 1, n 1, 1998, p. 83.

APRENDENDO MAIS COM A LITERATURA



ARAÚJO, Iramir. **BALAIADA: a guerra do Maranhão**. São Luís: Ed. do Autor, 2009.

A História da Balaiada é narrada em quadrinhos de forma inédita e criativa, o que possibilita às novas gerações um contato com essa história muito importante para a História do Maranhão, com linguagem acessível a todos os públicos, contudo sem perder o compromisso com os estudos e pesquisas dos episódios protagonizados por diversas camadas populares, que buscaram Liberdade e Justiça.

Os motivos que levaram os sertanejos a se juntarem ao movimento com a dimensão da Balaiada têm ligações com os conflitos entre pequenos produtores de alimentos e vaqueiros aos grandes proprietários nas disputas por terra e por mão-de-obra. É importante dizer que as condições de sobrevivências eram agravadas pelo monopólio das carnes “verdes” (fresca) e pelos altos preços da farinha vendidas pelos negociantes portugueses.

Outra causa da movimentação popular foi provocada pela exclusão política, pela discriminação das chamadas “pessoas de cor” e pelo recrutamento obrigatório, que trazia prejuízo à agricultura familiar, ou seja, a produção era somente para alimentação. Com quase um ano de revolta, em novembro de 1839, a Balaiada ganha mais um segmento da sociedade, através de uma insurreição de escravos, que atingiu muitas fazendas da região de Itapecuru-Mirim no Maranhão.

SAIBA MAIS

Acerca da população africana no Maranhão, houve um crescimento desde a segunda metade do século XVIII, pois a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão obteve o monopólio do tráfico da Coroa, e trouxe 12 mil africanos para a capitania entre 1755 e 1778. Com o desenvolvimento das fazendas de algodão e arroz, provocado pela crescente demanda europeia por esses produtos, vieram mais 100 mil africanos. Desta maneira, no começo das duas primeiras décadas do XIX, às vésperas da Independência, o Maranhão era a província brasileira com maior percentual de escravizados (78 mil, ou 55% da população).

PENSE DIFERENTE

O historiador marxista britânico Georges Rudé (1910-1993), na obra intitulada *A multidão na história (1991)*, dedicou-se a estudar os movimentos populares na França e na Inglaterra de 1730-1848. Ao pensar nas manifestações populares no Maranhão (1838-1841), nos registros sobre tais eventos podemos utilizar algumas ideias de Georges Rudé para compreendermos melhor as reivindicações das camadas populares nos oitocentos. Como a multidão (entendida aqui como as camadas populares) na história foi considerada indigna de atenção séria, foi comum que a atenção dada aos seus motivos de reivindicações fosse superficial. As interpretações das causas que levaram grupos a se rebelarem tendiam a depender das atitudes e valores dos seus autores. Para aqueles que censuravam a multidão os motivos pareciam desprezíveis, que se deixavam levar pela atração do saque e outros instintos criminosos em potencial. Por outro lado, outros consideravam a multidão digna de simpatia ou compaixão e não de reprovação. Para que ocorra uma multidão amotinada deve haver algum motivo, podendo ela estar com fome, ou teme vir a ficar, pois sofre profunda injustiça social, porque procura uma reforma imediata ou milênio, ou porque quer destruir um inimigo ou acalmar um 'herói'. Dessa maneira, aqueles que estiveram envolvidos nas lutas políticas do pós-independência, como na Balaiada, tanto no episódio da capital como em outras localidades do interior, vilas e freguesias, reivindicando por melhores condições de vida e contra a opressão, foram alvos de injustiças sociais ocasionais por seus opressores, especialmente as camadas populares. Tratando das motivações nessas revoltas, as causas variam não apenas entre uma ação e a seguinte, como também entre diversos grupos de participantes do mesmo movimento.

O movimento do final de 1839 participaram quase três mil negros sob a liderança do ex-escravo Cosme Bento das Chagas, que lutava contra a escravidão marcando profundamente a História do Maranhão e Piauí. O Preto Cosme como ficou conhecido foi um importante líder dos quilombos no Maranhão, pouco se sabe sobre sua vida, apenas que nasceu escravo em Sobral no Ceará, por volta de 1800. Alforriado, ele vivia em Itapecuru-Mirim no Maranhão, mas foi preso por homicídio, mas fugiu da cadeia e volta a Itapecuru.

É importante dizer que Cosme era alfabetizado, condição rara até mesmo para as elites. A base desse movimento escravo era na fazenda da Lagoa Amarela localizada na comarca de Brejo. Neste local, Cosme criou uma escola de primeiras letras. Ele se autoproclamava “Tutor e Imperador da Liberdade”, e reunia seus seguidores libertando-os através de cartas de alforria assinada pelos seus proprietários, obrigados por ele ou assinada pelo próprio Cosme. Dono de grande visão política, viu a importância de fazer uma aliança

com os outros segmentos envolvidos na Balaiada. Intitulava-se “Defensor das Liberdades Bem-te-vis”, numa alusão à defesa de alguns princípios das ideias liberais. Escreveu muitas cartas aos líderes dos balaíos buscando união.

SAIBA MAIS

No início da Balaiada, os escravos foram envolvidos de diversas formas. No Piauí, rebeldes abastados conduziam seus escravos para os seus acampamentos. Criar quilombos era outra forma de participar da revolta, mesmo essa prática estando desvinculada da luta dos rebeldes livres. No Maranhão, os quilombos se multiplicaram com o início da revolta. O conhecido Cosme chegou a liderar um verdadeiro exército com até três mil escravos rebelados. Estabelecendo-se no quartel geral do quilombo que chefiava na Lagoa Amarela, no rio Preto, o qual forçando o antigo dono a passar cartas de alforrias a todos os seus escravos. A audácia desse liberto em prometer liberdade, extorquir cartas de alforrias ou fazê-la de seu próprio cunho, colaborou para que escravos se juntassem ao seu grupo. O aspecto que chamava a atenção na personalidade de Cosme foi sua visão política de uma aliança com os rebeldes livres. Proclamava-se não apenas como “Tutor e Imperador da Liberdade”, contudo também “Defensor dos Bem-te-vis”, e diversas cartas suas afirmam suas ofertas de união a líderes rebeldes. A princípio os chefes rebeldes livres não quiseram sua colaboração, pois pensavam em ter apoio da elite liberal da província, sugerindo que os chefes do “partido” Bem-te-vis na capital poderiam assumir a direção da revolta, desse modo não poderiam aderir princípios que fosse de encontro com o credo liberal, que apontava o reconhecimento do escravo como propriedade a ser respeitada.

O contato dos quilombolas e os balaíos, planejada por Cosme Bento, aconteceu na segunda fase do movimento no início de 1840, pois Cosme queria uma rebelião geral dos escravos. No entanto, a aliança não deu certo, por diversos motivos, como o preconceito que existia entre livres, libertos e cativos na sociedade escravista. Os homens “de cor” livres ou libertos tinham como objetivo combater o recrutamento e não a escravidão, até mesmo devido muitos dos pequenos produtores utilizarem a mão-de-obra escrava em meio familiar.

Mesmo com diversos grupos participando da revolta, o que por um lado a fragilizava, pois havia muitos interesses diversos, como o exemplificado acima, os balaíos ocuparam a cidade de Caxias, localizada ao leste do Maranhão, que neste período era a segunda cidade mais importante do Maranhão. Em 24 de março de 1839, criaram um Conselho Militar que servia de assembleia, formada pelos chefes dos balaíos e personalidades bem-te-vis.

APRENDENDO MAIS COM A INTERNET



Foto: Francisco Nascimento

Caxias Maranhão

Digite o endereço abaixo na barra do navegador de internet: <http://caxiasmaranhaoma.blogspot.com.br/2013/04/ruinas-da-guerra-da-balaiada.html>. Nesse site, você encontrará fotos do museu *Memorial da Balaiada* localizado na cidade de Caxias no Maranhão, com imagens das ruínas da Guerra da Balaiada, canhões, restos de armamentos, balas de chumbo, projéteis, botões e fivelas dos militares e dos homens e mulheres que participaram da revolta, e há também monumentos erguidos após a guerra. Acesso em: 10 jun. 2017. Em português.

Quando os balaaios ocupam Caxias e fazem suas proclamações escritas, afirmam “fidelidade à religião católica, à Constituição, a D. Pedro II” e a “santa causa da liberdade”, a qual viam ameaçadas pela onda regressista propagada pelo Rio de Janeiro pelo então regente Araújo Viana.

O governo dos rebelados enviou sua proclamação a São Luís para negociar com o então presidente da província, sem questionar a soberania do Império, os balaaios pediam a expulsão dos portugueses e a limitação dos poderes dos portugueses adotivos.

HISTÓRIA E DOCUMENTO

Documento 01

Os documentos oficiais da época falavam que os rebelados não tinham exigência política e praticavam assassinatos e roubos, isso pode ser visto em um trecho de um Ofício do então do Presidente da Província Manoel Felisardo de Sousa e Mello, ao Ministro e Secretário de estado dos Negócios da Guerra Sebastião do Rego Barros:

“Os facciosos estão embrenhados em extensas matas, e apenas delas saem em pequenos grupos para assassinar, e roubar. Não apresentam agora exigência política, porém o desejo de rapinar, e o receio de serem punidos pelos seus anteriores crimes os conservam reunidos”.

Ofício do Presidente da Província Manoel Felisardo de Sousa e Mello, ao Ministro e Secretário de estado dos Negócios da Guerra Sebastião do Rego Barros, em 26/03/1839. APEM – Ministério da Guerra – 1828/1840 – Of. N° 10.

No entanto, existem documentos que relatam as camadas populares fazendo suas reivindicações com objetivos, as demandas não eram novas, e nem havia sido resolvidas na Independência do Brasil (1822-23), especialmente nas relações sociais e de trabalho, pouco havia se alterado. A sociedade menos favorecida ainda passava por sofrimentos como desigualdade social, desemprego, baixa renda, discriminação racial, manutenção da escravidão. Mas isso não impediu que as camadas populares deixassem de expressar suas insatisfações e exigências políticas, como veremos na seguinte proclamação feita pelos balaios ao presidente da província Manoel Felisardo de Sousa e Mello.

Documento 02

Proclamação dos Rebeldes

Em virtude da Coroa e do Trono de sua Majestade Imperial, o Senhor D. Pedro Segundo a quem Deus Guarde etc. E a Constituição me acho neste acampamento com as minhas tropas em armas para bem do Brasil, e sossego público como consta dos artigos seguintes. O 1º que seja sustentada a Constituição, e a garantia dos cidadãos. **2º Que sejam abolidos os prefeitos subprefeitos, comissários, ficando somente em vigor as leis gerais, e as que não forem de encontro a Constituição: por várias leis que se tem formado na Província não serem legais; e contra a Constituição, e não foram sancionadas na Assembleia Geral, Legislativa.** 3º Que sejam **expulsado dos empregos os portugueses**, e despejarem a Província dentro em vinte cinco dias a exceção dos casado com famílias brasileiras, e os velhos de sessenta anos para cima, e aqueles que estejam justificados que não se opuseram contra a Constituição do Império, estes são nossos irmãos, nossos amigos, e darmos a vida por eles, porém aqueles que pegarão em armas, a armou ideais contra o Brasil, estes são nossos inimigos. 4º Aquele que procurar os braços, e a proteção das Tropas Bem ti vis que são defensoras de Nosso Imperador do Senhor D. Pedro 2º a quem Deus Guarde: serão bem aceitos, e bem tratados que as Tropas Bem-te-vis são humanas. E havemos gritar com gosto. Viva a Religião Católica. Viva o Senhor D. Pedro 2º. Viva Constituição. Viva as tropas Bem-te-vis etc. (s/d).

ARAÚJO, Maria Raimunda. (Org.). **Documentos para a história da Balaiada**. São Luís: Edições FUNCMA/APEM, 2001, p. 234, grifos nossos.

PONTO DE VISTA

1) Acerca do documento 01, qual a visão das autoridades da Província do Maranhão no que se refere aos balaios?

2) Com relação ao documento dos rebeldes, identifique a quem se destina e quais são as principais reivindicações dos balaios?

APRENDENDO MAIS COM O CINEMA



Balaiada a Guerra do Maranhão

Direção: Beto Nicácio e Joaquim Haikel. Brasil, 2015. 10 min.

O curta-metragem retrata a Guerra da Balaiada tendo início com a invasão do vaqueiro Raimundo Gomes a prisão da Vila da Manga para libertar seu irmão que havia sido capturado para servir ao exército. Neste curta, aparecem as reivindicações dos balaios, há também a presença de outros líderes como Manuel Francisco dos Anjos, sobre o qual se oferece duas versões para a sua entrada na guerra, a vingança do abuso das suas filhas ou os recrutamentos forçados de seus filhos. Finalizando com a repressão violenta dos líderes balaios por Luís Alves Lima e Silva.



APRENDENDO MAIS COM A MÚSICA



Os quilombolas do Preto Cosme cantavam nas ruas ocupadas da cidade de Caxias:

“O Balaio chegou! O Balaio chegou. Cadê branco? Não há mais branco! Não há mais sinhô.” (Cantiga dos Balaio)



PONTO DE VISTA

1) Tendo em vista a conjuntura escravocrata, a quem os balaio se referiam quando perguntavam “cadê branco”?

Em 1840, o coronel Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias foi nomeado presidente da província e comandante das armas do Maranhão, uma das ações desse presidente foi restringir a concessão de anistia, pois seu alvo prioritário eram escravos. O que mais cooperou, porém, para a “pacificação”, foram as manobras de Luís Alves de Lima e Silva, que prometeu logo perdoar os que depusessem incondicionalmente as armas. Mas o fez só em parte, porque a anistia não alcançava os escravos, quanto ao negro Cosme, foi metido a ferros na cadeia, aqui, na capital.

Desse modo, prometeu anistiar os chefes balaio que aceitassem a combater os seguidores de Cosme Bento e os rebeldes persistentes. A estratégia teve sucesso, pois foram dizimados escravos, rebeldes e executou líderes em 1842.

Raimundo Gomes se rendeu as tropas oficiais, de três a seis mil rebeldes morreram e milhares de balaio foram presos em prisões fora do Piauí e Maranhão. A violência repressiva alcançou também as populações sertanejas livres e libertas, havendo notícias de massacres de homens, mulheres e crianças, com a ajuda das elites bem-te-vis.

Segundo a historiadora Sandra Rodrigues dos Santos, “A repressão pelo poder das armas foi fator decisivo para a derrota da Balaiada, porém outros fatores também contribuíram para essa derrota: a desunião, que fragilizou e dividiu os rebeldes; a traição dos companheiros, que foram cooptados pela legalidade; o abandono da revolta em virtude da maioria do imperador, quando então se entregaram vários rebeldes graças a lei da anistia, e finalmente, a fome e as doenças”.

O fim da Balaiada é marcado pela traição, assassinatos, deserções, prisões, torturas, abusos e injustiças.

POR DENTRO DA HISTÓRIA

O pacificador do Maranhão – dois pesos e duas medidas

Para os que conhecem a história do duque de Caxias e suas diversas atitudes nos dois fatos principais da sua vida: o que fez o barão e o que lhe deu merecidos louvores; no Maranhão, só vendo “rebeldes passíveis das penas mais cruéis”, homens fora das leis; no Rio Grande do Sul – “só vendo brasileiros”, pedido o esquecimento das desavenças e convidando-os a um abraço fraternal – o coronel Luís Alves de Lima aparece como se fora dois homens, diferentes em sentimentos, caráter, moral e estatura política. Se no Rio Grande do Sul foi grande e deificou-o aquele gesto de generosidade e perdão, no Maranhão o coronel Luís Alves de Lima escondeu-se entre os vultos torvos e repressivos.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 185.

HISTÓRIA E DOCUMENTO

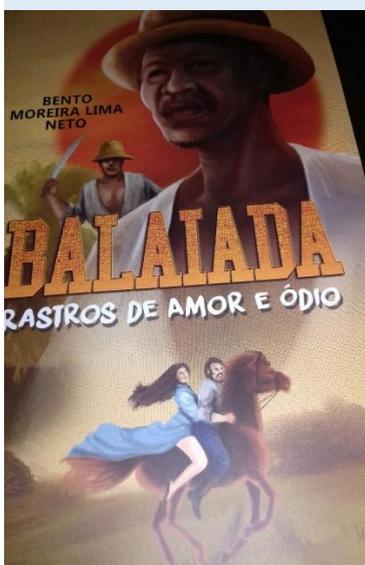
A Participação Feminina na Balaiada

A Balaiada foi uma revolta que contou com a participação das mulheres, tanto livres como escravas, e muitas delas provavelmente pegaram em armas, e foram acompanhar seus maridos ou companheiros, como exemplo, temos a mulher de um rebelde chamado Mathias, que foi presa pelas autoridades da época, e vale dizer que o documento não diz seu nome. Essa prisão consta no ofício do Comandante Thomaz Henriques para o seu comandante superior Francisco Sergio de Oliveira:

[...] Ilustríssimo senhor, constando-me que o cabecilha {líder rebelde} Mathias se achava doente, e curando-se ocultamente no Sacco dos Molundús {culto afro}, mandei uma partida de 60 praças prendê-los, não foram encontrados, trouxeram-me a mulher do dito Mathias com 1 escrava e 2 escravos. [...] concedi que sua mulher com os escravos voltassem para sua casa; e tratei-a bem; e lancei mão de todos os meios para capacitá-la de que lhe era útil, e a seu marido, a apresentação deste, e a dispersão de seus sectários; não me esqueci de desenvolver aos olhos da dita mulher, todo o aparato militar da força que comando, da qual ela ficou fazendo uma Idea muito elevada [...].

Ofício do Comte da Coluna em Frente, Major Jozé Thomas Henriques, ao Comte Chefe das tropas Legalistas, Ten Col. Francisco Sergio de Oliveira, em 25/10/1839. APEM- **Documentos para a História da Balaiada**, p.166-167.

APRENDENDO MAIS COM A LITERATURA



LIMA NETO, Bento Moreira. **Balaiada – rastro de amor e ódio**. São Luís: Halley S. A. Gráfica e Editora, 2017.

Neste livro, o autor por meio de um romance narra a história da Balaiada, que traz os personagens reais, como Manuel Francisco dos Anjos, Cosme Bento das Chagas, Raimundo Gomes e Luís Alves de Lima e Silva, “o Duque de Caxias”. Essa obra recebe um atrativo, com a história fictícia entre uma mulher chamada Margarida e Raviola, “um casal muito simples e consciente de seus deveres e de seu amor vivia em extrema felicidade, até que os ânimos na vila da Manga começaram a ficar exaltados”.

O QUE ACONTECEU COM OS LÍDERES POPULARES DA BALAIADA?

Anistia determinada por decreto imperial de 22 de agosto de 1840 não alcançava os escravos. Desse modo, nem todos os líderes puderam desfrutar deste benefício do governo imperial, mostrando que a sociedade no Brasil Império era caracterizada por ser excludente. Quanto aos líderes populares da Balaiada:

Raimundo Gomes se entregou pelos apelos do coronel Luís Alves de Lima e Silva, depondo as armas para se beneficiar da anistia concedida por decreto imperial de 22 de agosto de 1840. Ele foi exilado para São Paulo, mas morreu durante a viagem.

Manuel Francisco dos Anjos em outubro de 1839, em meias às batalhas em Caxias, foi gravemente ferido, morrendo nas imediações da cidade.

Cosme Bento das Chagas, Negro Cosme, em fevereiro de 1841, foi preso com 200 escravos que os acompanhava em Mearim. A Cosme foi negado o direito de anistia, decreto imperial de 22 de agosto de 1840, o que levou a ser julgado e condenado como chefe da insurreição de escravos, sendo enforcado em 1842.

PENSE DIFERENTE

Texto 01

O primeiro a elaborar uma interpretação da Balaiada foi Domingo José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), por ter sido secretário do governo e contemporâneo da Balaiada deu uma visão que pôde ser considerada como um exemplo de como a elite da época enxergou a Balaiada e os seus participantes. Pelo fato de ter presenciado esse movimento e ocupar o cargo de secretário do governo, que a ele deu a oportunidade de acompanhar as medidas tomadas pelo governo e as reivindicações dos rebelados, a historiografia tradicional ou oficial tem sua interpretação como uma “verdadeira história”. Observe o olhar de condenação de Magalhaes em relação as camadas populares e, de como valoriza

a figura de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias:

“O que seria do Maranhão e do Piauí se o Sr. Luiz Alves, imitando os seus antecessores, se conservasse na capital da província. E atenuando em sua mente o mal, lhe não acudisse pronto e eficaz remédio! Por esta facilidade e menosprezo, a faísca da Vila da Manga incendiou toda a província, e nove bandidos levantaram mais de nove mil [...]”.

Magalhães ao retratar acerca de Raimundo Gomes, um dos líderes da Balaiada, tece comentários preconceituosos desumanos, chamando-o de ladrão, como se verifica em suas palavras a seguir:

Insignificante era a sua figura; quase negro, a que chamamos fula, baixo, grosso, pernas arqueadas, testa larga e achatada, olhar tímido e vacilante, pouco atilado de entendimento, voz baixa e humilde, nenhuma audácia de conspirador; e posto fosse o chefe dos sediciosos, mais obedecia que mandava, e nunca marchou à frente dos seus em momento de peleja, e na retaguarda se conservava, prestes sempre a fugir e a evitar o perigo; nem foi de todos o mais ladrão e cruel, antes comparado a outros parecia humano.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. **Revista Trimensal de História e Geografia**, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no número do 3º trimestre de 1858, p. 98; 144.

Texto 02

Carlota Carvalho foi uma professora autodidata no sertão maranhense, nascida em Riachão – MA. Escrevendo em 1924 a obra *O Sertão*, no contexto do centenário da Independência do Brasil (1822), neste livro essa autora maranhense fala tanto da História, como também da Geografia maranhense. O contato direto como o meio e com os descendentes de participantes da luta, ofereceu a escritora uma visão mais humana do conflito e dos seus combatentes, e de repúdio as ações dos governantes, quando os rebelados não tiveram direito a anistia:

“Raimundo Gomes cumpriu um dever de cidadão e usou um direito concedido pela natureza. Reagiu contra o despotismo [...] No Maranhão, o presidente da província Luís Alves de Lima não viu brasileiros com quem tratasse, ouvisse suas reclamações e com eles firmasse acordo [...] assegurando-lhes as garantias constitucionais, vida e liberdade, que era tudo quanto pediam [...] Para ele {Caxias}, [...] {os balaios} não são homens nem têm pátria. São espécies inferiores [...] Podem ser mortos nos açoites [...] O tratamento indigno que deu a Raimundo Gomes e outros chefes que, depondo as armas, se entregaram a ele {Caxias}, prova bem esta tese”.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 161; 187.

1) Os dois autores acima narram episódios e personagens da Balaiada com visões distintas. Explique o porquê desses diferentes olhares e como influenciam na memória da Balaiada.

BALAIADA E O PRESENTE

A Balaiada ainda não recebeu reconhecimento merecido, pois as revoltas regionais em outros estados, como a Cabanagem no Pará, Praieira em Pernambuco, Farroupilha no Rio Grande do Sul tiveram uma reavaliação oficial. Não se tem uma tradição de comemorações, sejam populares ou oficiais, tendo como marco o dia 13 de dezembro, considerado na historiografia como o início do movimento balaio. Não há homenagem aos seus líderes em forma de monumentos, nome de ruas e avenidas. Mais recentemente foi aprovado um Projeto de Lei que cria a data 13 de dezembro como o Dia da Balaiada.

Estátua de Duque de Caxias – no bairro do João Paulo – São Luís – MA



Foto: Josimar

Em São Luís do Maranhão, no bairro do João Paulo, em frente ao 24º Infantaria Leve, existe um monumento em homenagem a Luís Alves de Lima e Silva, o Patrono do Exército Nacional Brasileiro, conhecido também por Duque de Caxias. No entanto, não há na cidade de São Luís nenhum monumento para homenagear os líderes populares da Balaiada.

É importante lembrar que Caxias fez com que a participação popular (escravos, negros, pobres livres) nas lutas políticas do Maranhão oitocentista conhecesse a mais dura face da repressão para a época.



Raimundo Vieira Gomes, o
"Cara Preta"



Cosme Bento das Chagas,
o "Negro Cosme"

Foto: Francisco Nascimento

Foto: Francisco Nascimento

Em Caxias, cidade localizada no estado do Maranhão, em 2004 inaugurou-se o museu Memorial da Balaiada, o qual tem por objetivo a preservação da memória escrita e oral da Balaiada. Neste museu, há monumentos de várias personagens da Balaiada, como Manuel Francisco dos Anjos, o "Balaio"; Cosme Bento das Chagas, o "Negro Cosme", e até mesmo do Duque de Caxias.

PONTO DE VISTA

1) Em sua opinião, por que a Balaiada tem sido renegada pelas elites? Quais as implicações ou importância de se reabilitar a Balaiada como símbolo de resistência do povo maranhense.

2) Qual o significado para a memória histórica da figura de Duque de Caxias ao retratá-la como "Pacificador" ou repressor da Guerra da Balaiada?

SAIBA MAIS

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou por unanimidade o Projeto de Lei que cria a data 13 de dezembro como o Dia da Balaiada, o maior movimento popular do Maranhão que referenciou grandes lideranças como Negro Cosme. Autor da iniciativa, o deputado estadual Bira do Pindaré (PSB) afirma a importância de relembrar a Balaiada para a identidade e história do Maranhão. Assim, o governador Flávio Dino sancionou essa Lei de nº 10.732, de 11 de dezembro de 2017, que institui o Dia Estadual da Balaiada, a ser celebrado, anualmente, no dia 13 de dezembro, data em que se iniciou essa importante revolta popular.

Sabendo que a participação popular nas lutas políticas do Maranhão oitocentista conheceu a mais dura face da repressão para a época, buscamos aqui dar um novo olhar para os populares que a historiografia tradicional negligenciou por muito tempo. A Balaiada foi uma revolta de grande participação das camadas populares, um movimento de contestação aos que eram considerados os opressores, sendo que para as autoridades da época o movimento era de baderna e motivado pelo crime para agredir, roubar e pôr fim a ordem vigente. Para uma historiografia mais oficial e conservadora o movimento era a desordem e o delinquência, enquanto para a historiografia revisionista era uma contestação aos seus opressores.

Por que a rebelião da Balaiada não foi vitoriosa? Por diversos motivos, os rebeldes contavam com o apoio da elite liberal, mas este foi parcial e efêmero, uma vez que lutavam também em nome dos ideários liberais, e não estavam preparados para derrubar o governo provincial e substituí-lo. Mesmos os rebeldes controlando boa parte da província, e tendo tomado a cidade de Caxias duas vezes, eles não fizeram esforços para ocupar São Luís. A falta de uma liderança suprema prejudicou o movimento, pois os chefes de bandos tendiam a guerrear por conta própria. Com isso a ausência de união entre os líderes rebeldes revelava os programas e objetivos diferentes, dado a heterogeneidade da Balaiada. Essa heterogeneidade social dos rebeldes era consequência das profundas diferenças na estrutura socioeconômica da província maranhense, na qual existia a economia de gado, as fazendas de algodão e a produção camponesa, cada um ocupando espaços diferentes.

Este paradidático pretendeu iniciar essa interpretação para mostrar que as camadas populares agiram não somente como massa de manobra, mas com reivindicações próprias e leituras próprias do liberalismo e demais substratos da cultura política da época. O que naquele momento pode ser visto como injustiça social para as camadas populares e segmentos da elite liberal. Para que ocorra uma multidão amotinada deve haver alguma causa, podendo ela está com fome, ou teme vir a ficar, porque sofre profunda injustiça social, porque busca uma reforma imediata, ou se apega a elementos messiânicos, ou porque quer destruir um inimigo ou acalmar um 'herói'. Dessa maneira, os balaios, foram alvos de injustiças sociais ocasionadas por seus opressores. Emergiram os bem-te-vis como camponeses que foram à briga para defender seus filhos, sua família, seus direitos e seus ideais democráticos.

A Balaiada também pode ser tomada como símbolo de resistência no campesinato, na resistência negra, pois parte das forças rebeldes era formada por milhares de escravos quilombolas, a maioria deles chefiados pelo famoso Cosme. A apropriação da História do

movimento da Balaiada torna-se instrumento de construção de uma identidade com as lutas populares do presente e de busca de transformação política e social, apontando uma tradição de resistência das camadas oprimidas.

Balaies da Balaiada

Autor: Antonio Vieira

[...]

E assim canto um episódio
Da história do Maranhão
A Guerra das balaiadas
Que ensanguentou meu torrão
Se você ama ser livre
De opressão odiada
Você também é um balaio
Que nem os da balaiada.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Dunshee de. **A Setembrada: a revolução liberal de 1831 em Maranhão.** Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da S.A. Jornal do Brasil. 1970.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Balaiada e os Balaios: uma análise historiográfica.** Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1996.

ARAÚJO, Iramir. **BALAIADA: a guerra do Maranhão.** São Luís: Ed. do Autor, 2009.

ARAÚJO, Maria Raimunda. (Org.). **Documentos para a história da Balaiada.** São Luís: Edições FUNCMA/APEM, 2001.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. A memória do tempo de cativo no Maranhão. **Revista Tempo.** vol.14, nº 28, jan-jun de 2010.

_____. **De Caboclos a Bem-Te-Vis Formação do Campesinato Numa Sociedade Escravista: Maranhão 1800-1850.** São Paulo: Annablume, 2015.

_____. Histórias do Balaio. **Revista História Oral.** Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, v. 1, n. 1, 1998.

_____. **A Guerra dos Bem-te-vis.** São Luís: SIOGE, 1988.

ATAS do Conselho do Governo da Província do Maranhão. Livro 1337. Maranhão: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1831-1832.

BRASIL. **Constituição (1824) Constituição Política do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, 1824.

BOTELHO, Tarcísio R. População e espaço nacional no Brasil do Século XIX. Belo Horizonte. **Cadernos de História,** v. 7, n.8, p. 67-83, 2º sem, 2005.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil.** 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, L.; BASILE, M. (orgs.). **Às armas, cidadãos! – Panfletos manuscritos da independência do Brasil (1820-1823).** São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: ed. UFMG, 2012.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaiada: a guerrilha sertaneja.** 1995. p. 73-88. (Estudos Sociedades e Agricultura). Disponível em: <http://r1.ufrj.br> . Acessado em: 29 jun. 2017.

DAL RI, Luciene. A construção da cidadania no Brasil: entre Império e Primeira República. **Espaço Jurídico,** Joaçaba, v. 11, n. 1, p. 7-36, jan./jun. 2010.

GALVES, Marcelo Cheche. Independência é traição: quase um ano após o Grito do Ipiranga, o Maranhão se mantinha fiel a Portugal e resistia, armado, à “autonomia” que vinha do Sul. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, dez. 2008. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br Acesso em: 26 jun. 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A Balaiada**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840. **Revista Trimensal de História e Geografia**, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no número do 3º trimestre de 1858.

MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **A Setembrada: lutas políticas e participação popular no Maranhão oitocentista (1831-1832)**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.

O FAROL MARANHENSE, nº 343, 18 de outubro de 1831.

PINDARÉ, Assecom/ Dep. Bira do. **Aprovado projeto de Lei do deputado Bira do Pindaré que institui o dia da Balaiada**.2017. Disponível em: <<http://www.al.ma.leg.br/noticias/34646>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

QUEIROZ, Teresinha. Visões e revisões, A batalha continua. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 4, n48, dez. 2009, p. 30-31.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e "de cor" na Independência do Brasil**. Cad. CEDES, Dez 2002, vol.22, nº. 58, p.21-45.

RUDÉ, George. **A multidão na história, 1730- 1848**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues. **A Balaiada no Sertão: a pluralidade de uma revolta**. 1. ed. São Luís: Editora Uema, 2010.

VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.